



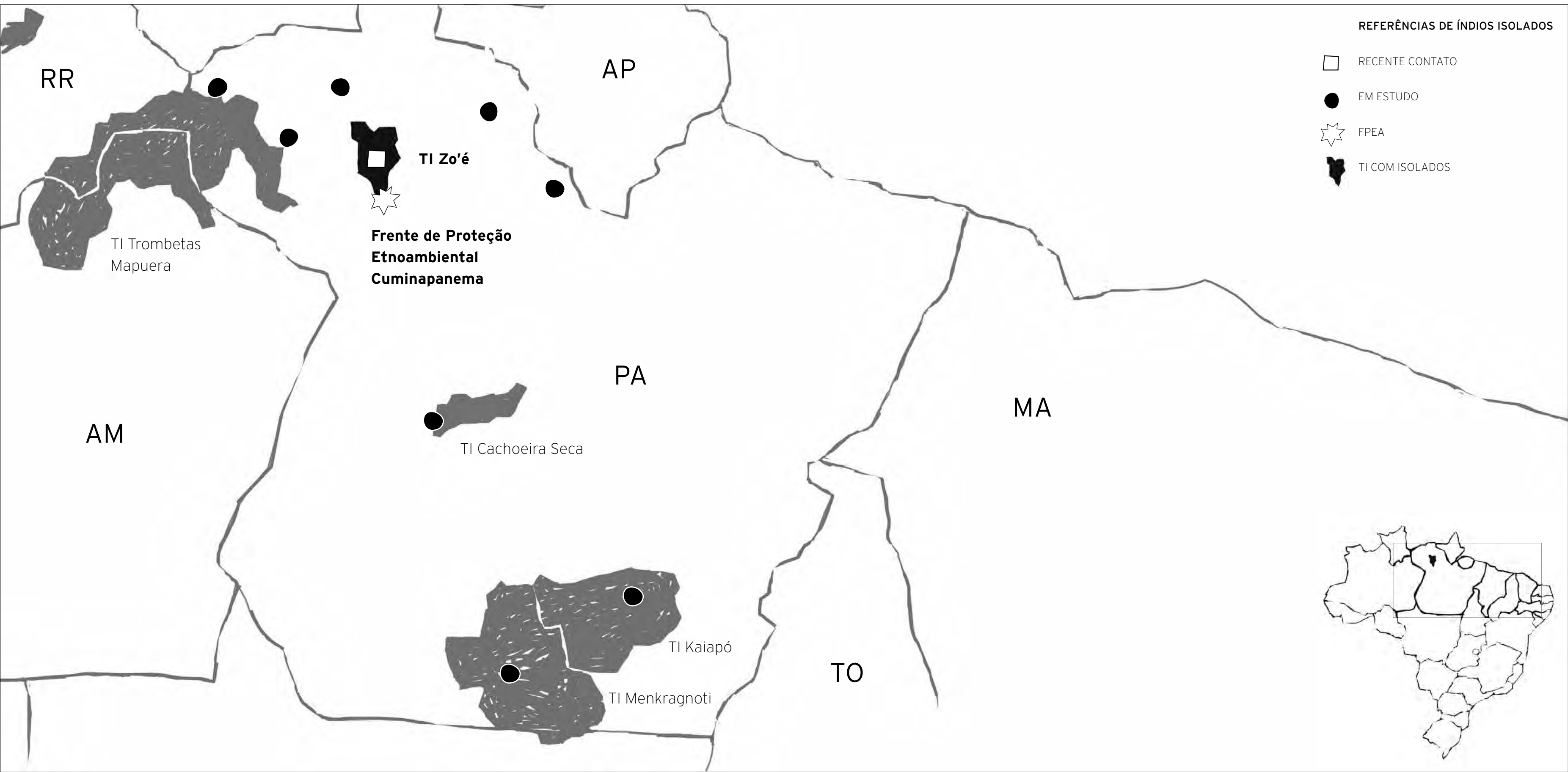
ROGÉRIO ASSIS

Este livro é dedicado a Cacau Lopes da Silva,
a quem devo os vinte melhores anos da minha vida.
Com todo meu amor e carinho.



REFERÊNCIAS DE ÍNDIOS ISOLADOS

- RECENTE CONTATO
- EM ESTUDO
- ☆ FPEA
- TI COM ISOLADOS



1989

Márcio Meira, antropólogo

É com muita alegria que saudamos a chegada desta bela obra. Ela nos oferece um precioso registro visual dos Zo’é, povo indígena que vive na Amazônia brasileira, de língua tupi, cuja morada estende-se ao longo dos rios Cuminapanema, Erepecurú e Urucuriana, no município de Óbidos e Alequer, noroeste do estado do Pará, em terras que foram demarcadas em 1991.

Até onde sabemos, os contatos iniciais dos Zo’é com a sociedade nacional, ou melhor, com os Kirahi - como estes índios denominam os não índios - remontam ao século XIX. Primeiramente se relacionaram com os chamados exploradores das “drogas do sertão” e já no século passado com os gateiros e castanheiros, inclusive com o registro de rapto de mulheres Zo’é.

Em 1975, um helicóptero do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará (Idesp), que realizava pesquisa mineral na região do Erepecuru para a Sudam, identificou uma aldeia Zo’é. Com o intuito de estabelecer relações amistosas, despejou via aérea pacotes de roupas vermelhas sobre suas aldeias. A reação inicial dos indígenas foi a de queimar e enterrar os pacotes. Um pequeno grupo, no entanto, aceitou os presentes e passou a usar as vestimentas como trajes, mas também, depois de desfiarem os tecidos, usaram as tiras ou as utilizaram para amarrações de flechas. Posteriormente, membros do mesmo Idesp, ao realizar um voo à região do Marapi, localizaram mais três aldeias Zo’é. Nesse tempo, não havia contato regular entre eles e a sociedade próxima, apenas vínculos descontínuos com aventureiros e exploradores da região, que deixavam no território Zo’é ferramentas e outros objetos.

Essa situação mudou rapidamente. Menos de uma década depois, em 1982, os Zo’é que habitavam a região do igarapé Kuruaty estabeleceram o primeiro contato com os missionários da Missão Novas Tribos do Brasil - MNTB, que integrava a New Tribes Mission americana. Como estratégia de atração, esses missionários puseram em prática o chamado período de “namoro”. Usado desde os tempos coloniais, consiste em deixar ferramentas nos caminhos e trilhas comumente usados pelos índios para se deslocarem de suas aldeias para os locais de caça, pesca e roças, entre outros. Essa estratégia foi institucionalizada pelo Serviço de Proteção aos Índios - SPI, criado em 1910, e continuou sendo utilizada com muito êxito pela Funai, por meio das Frentes de Atração, na década de 1970. Vale lembrar, entretanto, que esses missionários realizaram o contato sem o conhecimento do poder público brasileiro, ou seja, sem autorização da Funai.

Porém, o contato dos missionários com os Zo’é só se tornou permanente a partir de 1987, e na memória oral dos Zo’é existem várias versões para esse fato. Alguns índios dizem que procuraram os missionários para buscar ferramentas, outros, para conhecer de perto os kihari que haviam visto rapidamente em 1982, e outros, ainda, contam que procuraram os missionários para buscar apoio em face do grande número de mortes que passaram a ocorrer após o contato com eles.

Posteriormente a Funai veio a tomar conhecimento, pelos próprios Zo’é, de que houve um grande número de mortes, causadas por gripes, doenças pulmonares e outras enfermidades transmitidas após o contato com os missionários. Dessa forma, em 1989, dada a dramática situação de saúde daqueles índios e em vista do grave quadro de mortalidade dos Zo’é, os próprios missionários decidiram solicitar o auxílio da Funai.

Assim, a atuação sistemática da Funai junto aos Zo’é só tem início nos primeiros anos da década de 1990, quando da implementação do Sistema de Proteção aos Índios Isolados, sob a responsabilidade do então Departamento de Índios Isolados, depois Coordenação Geral de Índios Isolados e Recente Contato - CGIIRC. Agindo rapidamente no sentido de retirar os missionários da terra indígena, o órgão passou a colocar em execução ações indigenistas junto àqueles índios. Entre elas, estabeleceu práticas que estimularam os Zo’é a realizarem a gestão de seu território de acordo com suas formas tradicionais de ocupação. Desde 1987, a Funai tem uma política de não fazer mais contato com povos em situação de isolamento, protegendo seu território tradicional através de Frentes de Proteção Etnoambientais instaladas nas suas proximidades.

Uma parte significativa dessa história é contada com arte por Rogério Assis, através do belíssimo registro fotográfico que realizou e que pode ser visto nas páginas deste livro. Graças ao seu empenho nos é possível conhecer um pouco da sociedade Zo’é, em dois momentos especiais da história. Primeiramente temos as cenas dramáticas clicadas em 1989, e em seguida vemos os Zo’é vinte anos depois, quando Assis voltou às aldeias, em junho de 2009, ocasião em que pôde verificar *in loco* os bons resultados da ação indigenista posta em prática pelo Estado brasileiro através da Frente de Proteção Etnoambiental Cuminapema, unidade de campo da Funai, cuja atuação resultou na recomposição demográfica, na reestruturação da organização social, nos padrões de autossustentabilidade e na integridade cultural do povo Zo’é, assegurando a eles a proteção garantida pela Constituição Federal de 1988.



Rogério Assis, fotógrafo

Numa manhã chuvosa de março de 1989, esperávamos o tempo melhorar para gravar um vídeo institucional que exibiria uma entrevista com o coronel Cantídio Guimarães, presidente da Funai à época, produzido pela empresa DCampos, atendendo ao pedido da própria entidade. O cenário era o Museu Emílio Goeldi, em Belém, local onde também colheríamos outras imagens para o documentário.

Estávamos com quase tudo pronto para iniciar a gravação quando o Zé Luis, principal sócio e diretor da empresa, chegou apressado. O motivo de tanta pressa foi um telefonema recebido da Funai de Brasília, comunicando o encontro de uma nova etnia indígena.

Na verdade, a etnia fora contactada poucos anos antes pela Missão Novas Tribos que, devido a uma devastadora epidemia de gripe, buscava socorro junto a Funai para evitar a completa aniquilação desse povo. Eram então 147 indivíduos sofrendo, além da debilitação de saúde, um intenso processo de evangelização por parte dos missionários.

Rapidamente foi organizado o que viria a ser o primeiro contato oficial da Funai com a etnia que ficou conhecida na época como Poturu, que, na realidade, é o nome da madeira usada no eber'pot, adorno de identidade colocado no lábio inferior logo após a troca da primeira denteição e que os Zo'é carregam pendurados no lábio inferior.

No aeroporto de Belém, um bimotor aguardava para nos levar até Santarém, onde tomaríamos um helicóptero em direção à aldeia. Não sobrava tempo para nada, nem para buscar mais alguns rolos de filme. Então partimos, eu e meus quatro rolos de Tri-X, o Zé Luis, o Zé Raimundo, o operador de áudio, e o coronel Cantídio Guimarães.

De Santarém voamos cerca de uma hora e meia até a área indicada, próxima aos rios Cuminapanema, Urucuriana e Erepecuru, sempre no Pará. Sobrevoamos uma área durante aproximadamente vinte minutos até encontrar a clareira em que o helicóptero deveria pousar e onde permanecemos cerca de quatro horas.

Alcançado o solo, hélice desligada, fomos cercados pelos índios que, maravilhados com aquele “pássaro de ferro”, vinham alegres em nossa direção para nos saudar, nos tocar e ter, pela primeira vez, seus rostos registrados, os quais, posteriormente, seriam divulgados mundo afora. Vinte anos depois, voltei à Frente de Proteção Etnoambiental Cuminapanema, a Terra Indígena Zo'é.

Chegamos de avião, já que uma pista de 700 metros foi aberta bem em frente ao posto da Funai. Os índios ainda se impressionavam

com o “pássaro de ferro” que haviam se acostumado a ver, ao longo dos anos, nos pousos e decolagens dos aviões da Funai e da Funasa que vêm ao território prestar assistência e ajudar os Zo'é a manter seu isolamento. “É sempre a mesma festa”, diz João Lobato, administrador da frente. Assim que os motores foram desligados, a aeronave foi cercada e nossos assentos tomados pelos índios quando saímos do avião. Pura diversão. Não há briga entre os cerca de quarenta Zo'é para ocupar os seis assentos do avião. Os que não conseguiram vaga nos cercaram e tocaram, carinhosamente, perguntando, de forma insistente: “nome, nome, nome?”, uma das poucas palavras em português que alguns aprenderam nesses anos de pouco contato.

Apontaram para a câmera, o relógio, o boné e as mochilas e continuaram a repetir: “nome, nome, nome...”, querendo saber tudo para logo em seguida repetir e cair na gargalhada. Na manhã seguinte a cena se repetiu, agora com a chegada do avião da Polícia

Federal que trazia a comitiva do ministro da Justiça, Tarso Genro, para conhecer a Frente Cuminapanema, considerada exemplo do trabalho que a Funai vinha desenvolvendo por meio da Coordenação Geral de Índios Isolados e Recente Contato – CGIIRC, com as seis etnias que o projeto mantinha preservadas do contato com a cultura do homem branco.

O ministro Tarso Genro, o presidente da Funai, Márcio Meira, o diretor-geral da Polícia Federal, Luis Fernando Corrêa, o secretário-adjunto de Direitos Humanos, Rogério Sotili, e outros acompanhantes da comitiva foram abordados pelos índios, que não consideravam a importância das autoridades e os recebiam com o mesmo carinho, respeito e bom humor

que dispensavam a qualquer um que descia de um avião. Quando estivemos lá, em 2009, os 246 Zo'é registrados até julho desse ano gozavam de boa saúde, eram vacinados e constantemente assistidos no bem equipado centro de saúde e consultório odontológico que funcionava no posto da Funai.

Mas a história não tinha sido sempre assim. A Funai dizia saber da existência da etnia desde os anos 1970, quando o projeto da Perimetral Norte foi paralisado. Porém, foram os missionários da Missão Novas Tribos que, em meados dos anos 1980, começaram a estabelecer os primeiros contatos com fins de evangelização. No final da década, uma epidemia de gripe atingiu os índios e, vinte óbitos depois, os missionários buscaram auxílio junto à Funai com o objetivo de deter o que possivelmente seria a extinção total da etnia.



Em 1991, os missionários foram legalmente retirados da área e a Funai concentrou esforços para reverter o grave quadro de saúde encontrado. Começavam as campanhas de multivacinação, especialmente contra a malária, tornada endêmica pela concentração populacional no entorno da região de contato. No final dos anos 1990, coincidindo com o reconhecimento jurídico da Terra Indígena Zo'é, que ocupa uma área de 644 mil hectares entre os rios Cuminapanema, Urucuriana e Erepecuru, no estado do Pará, começava uma revisão na política adotada pelo Estado brasileiro referente às ações que norteavam os procedimentos junto aos chamados “índios isolados”. Foi criada, em 1998, a Coordenação Geral de Índios Isolados e Recente Contato - CGIIRC, com modificações nos parâmetros de atração e transformação das antigas Frentes de Atração em Frentes de Proteção Etnoambientais.

A recuperação de bases socioculturais e

hábitos alimentares, bem como a valorização da autoestima, ajudaram o povo Zo'é a não só superar as doenças, como também a se desenvolver e aumentar sua população. Essa política veio substituir as práticas de assistencialismo e dependência que criavam uma falsa ideia de proteção aos índios.

Os investimentos em infraestrutura e tecnologia nos postos das Frentes de Proteção Etnoambientais proporcionaram aos índios um melhor atendimento, sem interferir em seus costumes tradicionais. A manutenção e o treinamento do pessoal que trabalhava nas Frentes, incluindo o aprendizado da língua nativa e um estrito controle nas relações entre índios e brancos, ajudavam a preservar as práticas milenares de produção autossustentável que caracterizava a cultura Zo'é.

A inevitável introdução de novos elementos no cotidiano das aldeias vinha sendo feita de maneira lenta e controlada, possibilitando melhorias fundamentais nas práticas de subsistência e segurança na selva.

Facas, facões, enxadas, lanternas, rádio comunicador, isqueiro, linha de pesca e anzol eram os principais elementos introduzidos na cultura Zo'é, assim como o espelho, que ajudava as vaidosas mulheres a se embelezarem com a pintura feita com uma mistura de urucum com óleo de castanha e com seus cocares de pena de urubu-rei. A vaidade é um traço característico dos sedutores Zo'é, que preservavam relações poligâmicas e poliândricas em uma intrincada rede de relações interfamiliares.

Hoje, as doze aldeias da Terra Indígena Zo'é mudam periodicamente de lugar dentro da reserva, respeitando o ciclo de produtividade de cada uma delas, preservando o meio ambiente e conservando a característica seminômade desse povo.

A base da alimentação era formada por mandioca, castanha, tubérculos como cará e batata-doce e a caça de animais silvestres como paca, anta, porco-do-mato, macacos e pássaros em geral. Tudo preparado e consumido coletivamente pelas famílias de cada aldeia.

Os caçadores, os idosos, os pais e as mães de muitos filhos gozavam de certo prestígio no grupo social; mesmo assim, não existiam lideranças na figura de um cacique ou de um pajé.

As rivalidades eram temporárias e sempre resolvidas verbalmente, não havia disputas que resultassem em lutas corporais. Bem humorados e brincalhões, os Zo'é estavam sempre procurando diversão, e suas risadas eram constantes, mesmo que o motivo fosse, por exemplo, o tropeço ou a queda de alguém.

O tempo era medido pela posição do sol, e a idade, pelo acúmulo de experiências - a idade de andar, de falar, de fazer fogo, de fazer farinha, de caçar e assim por diante. O trabalho e o descanso variavam de acordo com a necessidade de cada um.

Trabalhava-se muito numa aldeia Zo'é, plantando, colhendo, caçando, cozinhando, tecendo, fazendo redes, utensílios e flechas, buscando lenha e palha, construindo armadilhas e tocaias de caça na floresta e cuidando das crianças.

Os rituais estavam geralmente ligados às diferentes fases da existência. Após o primeiro mês de vida, por exemplo, um banho familiar coletivo e uma pintura de urucum serviam para proteger e dar saúde e vida longa ao recém-nascido; na primeira infância, depois da troca da dentição, a colocação do eber'pot dava identidade à criança; a primeira menstruação era celebrada com um banho coletivo, seguido da colocação de enfeites e adornos, simbolizando a preparação para um casamento.

Outros rituais eram relacionados às colheitas sazonais, quando era preparado o serpy, bebida levemente fermentada, sem poderes de alteração de consciência.

Solidários e hospitaleiros, os Zo'é vinham sofrendo assédio de vários tipos de invasores que habitavam as cercanias da Frente de Proteção Cuminapanema. Invariavelmente

religioso, o objetivo era catequizar e evangelizar os Zo'é. Para isso, os missionários vinham usando o contato com outras etnias da região que já haviam sofrido esse processo, como os Way-way e os Tiryó.

Sabia-se que o contato e a consequente inclusão social dos Zo'é seria uma questão de tempo. No entanto, o trabalho de reforço da autoestima e do fortalecimento socioeconômico e cultural desenvolvido pela Coordenação Geral de Índios Isolados e Recente Contato - CGIIRC tinha o objetivo de minimizar os danos que certamente seriam causados por essa inclusão. Fiz, assim, duas viagens à Terra Indígena Zo'é com um intervalo de vinte anos entre elas. Este livro traz os primeiros registros dos índios dessa etnia, feitos por mim em 1989 e repetidos em 2009, acompanhados de um texto de Márcio Meira, presidente da Funai quando de minha segunda viagem, e de outro da antropóloga Dominique Tilkian, considerada uma das maiores estudiosas sobre os usos e costumes de várias etnias da região e, especialmente, dos Zo'é.



Dominique Tilkin Gallois, antropóloga

Os índios do Cuminapanema se reconhecem hoje como “Zo’é”, um termo que significa simplesmente “nós”. Esse pronome se consolidou gradativamente como uma autodenominação que os diferencia dos não índios, chamados kirahi. Nos anos 1980, quando começaram a conviver com missionários e agentes da Funai, a palavra zo’é não era usada para designar a si mesmos, mas para identificar qualquer pessoa que aparentasse alguma proximidade e fosse então considerada “gente como nós”. A transformação do pronome em etnônimo é interessante, pois mostra que os Zo’é estão aprendendo a se pensar como “índios”. Essa categoria social, antes desconhecida dos Zo’é, só pôde surgir na trajetória de convivência com os diversos agentes não indígenas que se aproximaram deles por serem, justamente, “índios”.

O termo Poturu (ou Poturudjara), difundido na década de 1980 como nome do povo Zo’é, designa tão somente a madeira da árvore utilizada para confeccionar os adornos labiais embe’pot “Poturu!” respondiam os Zo’é, quando alguém apontava para seus rostos, indagando um nome...

Como outros povos amazônicos, os Zo’é não dão muita importância à localização de seus antepassados longínquos e tampouco se preocupam em estabelecer um “começo” na história da humanidade. Seu mito de origem menciona sucessivas recriações, quando algum demiurgo surge para recolocar “em pé” a humanidade que pode ser, a qualquer momento, aniquilada pelo fogo e pelo dilúvio. Os Zo’é são descendentes de uma humanidade anterior, que o herói Nipuhan revitalizou, juntando os ossos dos que haviam perecido, “engolidos” pelo cataclismo. Nas narrativas míticas que se reportam a esse episódio, muito semelhantes a outras tradições de povos tupi-guarani, Nipuhan é caracterizado como um

kirahi, inclusive pela sua procedência: ele chega à paisagem desolada da terra destruída, vindo do sul e portando características e saberes semelhantes aos dos não índios.

Como ocorre na tradição oral das sociedades indígenas que mantêm contatos antigos com a população regional, a presença de não índios acaba sendo integrada ao tempo mítico. Os Zo’é não questionam nem a origem, nem os movimentos dos kirahi, ou dos povos inimigos: eles, simplesmente, sempre existiriam. Diz-se, inclusive, que quando Nipuhan recriou a humanidade, não precisou refazer os brancos, que não haviam sido engolidos pelo dilúvio: os brancos já existiam, mas estavam longe, “na borda da terra”. Elementos históricos são agregados ao mito, associando o evento da recriação a contatos interétnicos: o fogo que destruiu a terra foi provocado por inimigos, habitantes do leste; para alcançar as ossadas dos humanos destruídos pelo dilúvio, o herói vem do sul, flutuando em um recipiente típico dos brancos: um corote de gasolina. Depois, cada um volta a ocupar seu espaço: os brancos ficam no sul, os Zo’é nas montanhas, longe dos rios, os inimigos a leste.

Cartografia dos mundos zo’é

Como outros povos de tradição tupi-guarani, os Zo’é possuem sofisticados conhecimentos sobre a conformação do mundo e sobre as relações entre os seres que ocupam domínios distintos, em espaços visíveis ou invisíveis. Concebem um universo composto de várias terras e céus superpostos, como se fossem discos empilhados, acima e abaixo da terra onde vive a atual humanidade. Para cima, há vários céus, ocupados por diferentes seres. Um deles é ocupado pelas aldeias dos mortos, que estão posicionadas acima das aldeias dos vivos e são visitadas, em sonho, pelos homens mais velhos que trazem cantos e notícias do cotidiano dos que ali vivem. As constelações são concebidas como agrupamentos humanos que vivem junto com sua caça e que por diferentes motivos se distanciaram dos seus parentes terrestres, para se fixarem no céu.

As relações entre os humanos e os seres do mundo celeste, ou do mundo subterrâneo, ou ainda os seres da água ou da floresta são reportadas nas narrativas míticas, que os mais velhos gostam de contar. Mas são principalmente comentadas e atualizadas no cotidiano, quando é necessário fazer um diagnóstico de doença, morte ou infortúnio, quando os homens mais velhos contam seus sonhos, ou quando alguém volta da mata e reporta um encontro com algum ser do mundo invisível. O domínio da água é perigoso, habitat de moni, a cobra grande, e, sobretudo, de kiruwat, que assume, entre outras formas, a do sapo cururu, e que atrai suas vítimas com uma força pegajosa para levá-las ao fundo da água.

Na floresta, há animais comuns e seres extraordinários, ora agressivos, ora pacíficos. Alguns animais, no tempo das origens, eram gente, como é o caso da onça, da anta e do macaco coamba. Todos os animais têm seus “donos”, que cuidam de seu bem-estar e por isso estabelecem com os predadores humanos

ciclos de retaliação. Os donos dos macacos coamba atacam flechando ou empurrando o caçador que subiu numa árvore para recuperar um animal morto. Os donos dos porcos também punem o consumo excessivo da espécie pelos homens, eles procuram atenuar a agressão, agradando os animais mortos. Assim, quando se trazem porcos mortos para o pátio de uma aldeia, lhes são oferecidas castanhas e uma linda cantiga, como se fossem convidados de honra na festa durante a qual serão comidos.

Os Zo'e atribuem a origem das doenças à aproximação indevida com esses seres normalmente invisíveis, que afetam a “integridade” da pessoa humana, “flechando” ou injetando princípios patogênicos no corpo da pessoa. Por essa razão, como na maioria dos povos da bacia amazônica, o sistema terapêutico zo’é é predominantemente profilático, para proteger os indivíduos e suas famílias desse tipo de ataque, bem como prevenir agressões em pessoas mais sensíveis, como no final de um período de resguardo por doença, ou de nascimento.

É a partir de uma refinada cartografia das andanças desses seres normalmente invisíveis que os Zo’é contam a história de suas aldeias no interflúvio Erepecuru/Cuminapanema, ocupando uma área configurada como um refúgio. Ali, mudavam seus percursos na floresta toda vez que alguém encontrava sinais de possíveis agressores. Desde que os Zo’é aprenderam com os agentes da Funai a frequentar as margens do rio Erepecuru, comentam que alguns desses inimigos não representam mais perigo, e justificam: “Agora temos facas e cortamos seus braços quando querem nos levar para o fundo”.

Múltiplas histórias de encontros

Antes de assumirem sua nova condição de “índios”, os Zo’é se preocupavam, sobretudo, em marcar sua diferença com algumas categorias de seres que ocupam as bordas de seu território e que não eram os kirahi, mas grupos inimigos e temíveis entidades sobrenaturais. Os inimigos Apam, canibais, chegavam do oeste para atacar os antigos, ao passo que os Tapy’yj, que moram a leste dos Zo’é, ainda são considerados perigosos. Experiências antigas de encontros, sempre rememoradas, impõem limites ao trânsito nas áreas onde, ocasionalmente, caçadores encontram indícios da aproximação de inimigos.

A aparência dos Tapy’yj contrastaria radicalmente com a estética zo’é: usam os cabelos soltos, pintam o rosto com urucum e têm órgãos sexuais desmesurados (porque não amarrados, como fazem os Zo’é). De um extenso conjunto de eventos narrados a respeito desses inimigos, dois momentos são importantes. Primeiro, porque os Zo’é lhes atribuem a doação de boa parte dos cultivares que plantam até hoje, como certos tipos de mandioca brava e banana, cará, pimenta e algodão. Segundo, porque na época em que tiveram acesso a esses produtos, também trocavam mulheres. Diz-se inclusive que os antigos Zo’é não precisaram ir até as aldeias dos Tapy’yj, que vinham visitá-los, já que circulavam sempre pela área. Afirmam que muitas aldeias do centro da terra indígena eram antes ocupadas por inimigos e que, como os Zo’é se fixaram perto delas, acabaram por entrar em conflito com os ocupantes anteriores. A iniciativa das agressões é sempre atribuída aos inimigos, que vinham raptar as mulheres e matar os homens, arremessando pesadas clavas em suas cabeças. Teme-se até hoje esses inimigos, que circulam pelas florestas, e emitem sons e cheiros perigosos.

A área onde vivem os Zo’é situa-se em território histórico de povos Caribe, que ocupam as terras firmes do planalto das Guianas. Seus vizinhos mais próximos - embora desconhecidos como tais pelos Zo’é, até muito recentemente - são os Tiriyó, ao norte, e os Aparai e Wayana, a leste. As fontes disponíveis sobre a região norte do Pará não trazem informações suficientes para acompanhar a trajetória da migração dos Zo’é até seu habitat atual, mas é certo que esse povo tem sua origem ao sul. Essa é a direção que eles indicam quando são indagados sobre sua procedência antiga, embora a localização das aldeias de antepassados remotos não seja assunto de grande interesse.

Se os Zo’é não contam a história pregressa de sua chegada à região, hipóteses quanto a tal origem são possíveis a partir de dados linguísticos e etnológicos. Trata-se de um povo de tradição tupi-guarani, que inclui os Wajãpi (Amapá), Araweté, Asurini e Tembé (Pará), entre outros. Juntamente com a língua, os Zo’é compartilham com esses grupos tradições comuns (em particular, o ciclo mítico referente à recriação da humanidade) e formas de organização social, que apontam para uma possível origem comum, na região do baixo Xingu, onde até hoje vivem os Araweté e Asurini e de onde se originam também os Wajãpi.

Os Zo’é foram apresentados ao mundo em 1989, através de reportagens que enfatizavam a “pureza” e a “fragilidade” desse povo, descrito como um dos últimos grupos “intactos” na Amazônia. Foi justamente por constituírem uma das raras etnias ainda “não

atingidas” nem pela mensagem evangélica, nem pela assistência oficial, que membros norte-americanos e brasileiros da Missão Novas Tribos iniciaram o seu trabalho no Cuminapanema em 1982. Levaram cinco anos para “pacificar” os Zo’é, com sucessivas entradas e saídas das aldeias. A missão evangélica finalmente instalou sua base “Esperança” em 1987, na porção sul da atual Terra Zo’é, controlando sozinha o processo de acomodação dos Zo’é à nova situação, até a Funai assumir a área em 1991.

No entanto, apesar do discurso das duas agências, quando falam da “descoberta” dos Zo’é, o contato que elas estabeleceram com esse povo nos anos 1980 não foi o ponto zero do “contato”. Como se pode inferir de seus densos relatos, os Zo’é tiveram experiências de encontro ou mesmo convivência com não índios há pelo menos 90 anos. E tampouco estiveram isolados em relação a outros povos

indígenas, como já se mencionou.

Na sequência dos raptos efetuados pelos Tapy’yi, os Zo’é tiveram algumas de suas mulheres levadas por kirahi, que hoje eles identificam como castanheiros. Quando se referem a esse período, compõem-se longas listas de pessoas, entre mulheres e crianças, que desapareceram. Conta-se a bela história de Raru, uma mulher zo’é que viveu com os kirahi, viu o rio Amazonas e Santarém e, depois de quase duas décadas, voltou à sua aldeia. A reação foi um encolhimento do grupo, que se distanciou da bacia do Cuminapanema, por onde circulavam os castanheiros; contam que, depois, iniciaram um movimento no sentido oposto, para “procurar” os kirahi na direção do Erepecuru e de seu afluente Pupuruni, onde ocorreu a maior parte das experiências mais recentes de contato.

No final dos anos 1960 e início dos 1970, a área de ocupação zo’é passou a ser percorrida por caçadores de felinos, conhecidos como “gateiros”. Os Zo’é encontravam suas trilhas, gaiolas, ferramentas abandonadas, restos de acampamentos. A maioria dos contatos com

esses forasteiros foi indireta ou, como dizem os Zo’é, “sem carne”. Em 1975, eles foram surpreendidos por visitas mais espetaculares, quando um helicóptero do Instituto de Estudos e Pesquisas do Pará despejou embrulhos com roupas e objetos sobre a aldeia Keijã. De acordo com os Zo’é, todos se assustaram e os homens tentaram flechar o helicóptero, que se distanciou, mas acabou voltando para lançar os pacotes com roupas vermelhas. A primeira reação dos índios foi enterrar ou queimar todas essas coisas. Mas acabaram resgatando e usando as roupas, que apreciam muito até hoje. Vestimentas, que chamam dybo (algodão) são consideradas desde então dádivas obrigatórias dos kirahi, sempre solicitadas a todos os visitantes.

Foi também para ter acesso a roupas que, após cinco anos de sedução, os Zo’é aceitaram se aproximar da base da Missão Novas Tribos, atraídos pelos presentes que os missionários lançavam por avião ou dependuravam no caminho das aldeias. Entre 1982 e 1987, os missionários estiveram várias vezes em acampamentos ou aldeias dos Zo’é, mas permaneciam por pouco tempo. Segundo os Zo’é, muitas pessoas ficavam doentes na sequência dessas visitas. Como os missionários demoravam meses para voltar, as pessoas doentes acabavam morrendo. Também explicam que resolveram se deslocar rumo ao sul, em busca de uma explicação para esse “sopro” de doenças, chegando finalmente à base “Esperança” em outubro de 1987, data “oficial” do contato, segundo a Novas Tribos.

Mas, em janeiro de 1989, os missionários alertam a Funai sobre a precária situação de saúde dos índios. O sertanista Sidney Possuelo consegue então apoio da imprensa e pode assim realizar uma primeira visita à área. Numa segunda viagem, pouco tempo depois, a equipe da Funai verifica que a situação de saúde estava piorando e começa a planejar um trabalho mais sistemático. Durante dois anos, os Zo’é assistiram à convivência tensa entre as duas agências, Funai e a Missão Novas Tribos, cada uma com sua base, entre as quais eles continuaram circulando, para obter os desejados bens manufaturados, que lhes eram concedidos de acordo com diferentes critérios, uns da missão, outros da Funai. Em outubro de 1991, a Funai retirou os missionários da

área, quando conseguiu recursos e pessoal adequados para assumir um trabalho de assistência que abrangeria a totalidade das cinco aldeias existentes na época. Dezoito anos se passaram, ao longo dos quais as diretrizes de assistência à comunidade foram sucessivas vezes modificadas, assumindo finalmente um rumo inesperado pelos Zo’é, inconformados com a drástica redução na distribuição de bens industrializados. A Frente Etnoambiental Cuminapanema, criada em 2001, tem como objetivo a proteção do isolamento do grupo, em prol de sua integridade física e cultural. Instalações sofisticadas para atender os doentes, parcerias com várias instituições e médicos voluntários foram estabelecidas, enquanto inúmeras equipes de reportagem, nacionais e estrangeiras, testemunham a beleza de um modo de vida mantido isolado nos confins do Brasil.



Ritmos da vida social

Os Zo'é, que somam atualmente 270 indivíduos, subdividem-se em diferentes grupos locais (wan), identificados com determinadas áreas territoriais, onde estão as aldeias de seus ancestrais, suas roças, seus acampamentos antigos e novos. Mas as famílias pertencentes a esses grupos frequentemente convivem nas mesmas aldeias, alternando períodos de aproximação e outros de dispersão nas áreas de ocupação que lhes são próprias. É nesse fluxo de encontros entre grupos locais que se nota a preeminência de certos homens importantes, chamados de jy. Eles são cabeças de famílias extensas, reconhecidos pela sua capacidade de liderança, quando partem em busca de novas áreas para caça, ou para abertura de roças, ou quando tomam a iniciativa de

novos contatos com grupos indígenas ou não indígenas. Detentores de amplo conhecimento sobre a história de encontros e trocas entre grupos locais zo'é, também sabem contar os confrontos e as aproximações com inimigos, as histórias relativas à aproximação dos não índios. Prestigiados pela sua disposição em transmitir tais conhecimentos, são ainda destacados pela competência em distribuir caça e outros alimentos e organizar rituais adequadamente. Algumas mulheres também são consideradas jy, pela sua capacidade de criar e transmitir cantos.

As aldeias, mesmo que um dia tenham sido abertas por um determinado “dono” da primeira clareira (kiatu), não são privativas de um único grupo local. Embora se reconheça sempre a precedência dos donos do lugar, famílias de outros grupos podem permanecer numa casa que não seja a sua, quando os donos estão ausentes. Mas tal aproximação é sempre envolta de cuidados e todos adotam

etiquetas de distância respeitosa. Os adultos, sejam homens ou mulheres, jamais passam ou entram nas casas dos outros sem convite formalmente expresso. Somente as crianças e as mulheres mais velhas – que sempre têm algum parente em cada assentamento – percorrem livremente todos os espaços.

A distância entre grupos é muito marcada no uso das trilhas de entrada das aldeias, como também dos acampamentos, por menores que sejam. Dentro da aldeia – ou acampamento – cada família tem seu próprio caminho para chegar aos pontos de água e, é claro, também têm acesso separado para a roça e a floresta em volta. As etiquetas não são dispensadas quando se chega ao posto da Funai, onde as famílias se agrupam ou se afastam para respeitar as regras de boa conduta. Há, atualmente, certo abrandamento dessas regras, na medida em que os Zo'é vem se apropriando do pátio e das casas da Funai como um lugar “neutro”, onde todos os Zo'é podem estar juntos.

Se os Zo'é marcam uma distância respeitosa na frequência de grupos familiares que não o próprio, as relações entre pessoas da mesma família extensa são, de maneira inversa, formalmente enfatizadas por rituais que aumentam a proximidade, através do compartilhamento das mesmas substâncias. Assim, o nascimento de uma criança ou a menstruação de uma mulher que vive naquele pátio resultará em um ritual de purificação coletivo. Todos os moradores daquele setor da aldeia irão se esfregar com a fibra xubo'y e lavar todas as redes. Outros cuidados envolvem massagens, sopros e escarificações. Nesse caso, usa-se dente de cotia, e os finos cortes verticais, feitos geralmente nas pernas, do joelho ao tornozelo, ou nos braços, combatem certos estados de indisposição, especialmente de rapazes e moças.

Nascimento e morte são celebrados discretamente, sem a participação de moradores de outros pátios. É também no pátio familiar que se realizam rituais de passagem de seus moradores, que inclui desde a saída de um resguardo de doença

ou luto, como também a furação do queixo das crianças para colocar o adorno labial embe'pot. Outras celebrações são a aplicação de formigas na saída do resguardo da moça, a refeição coletiva e aplicação de formigas na festa que marca a primeira caçada de uma anta ou uma queixada, pelos rapazes, o ritual do casamento. Cada família vive de doze a quinze momentos ritualizados de transição, ao ritmo do amadurecimento de seus membros. Nessas celebrações do ciclo de vida, as etapas iniciais do ritual são privadas, enquanto as seguintes são a oportunidade para reunir toda a aldeia, além de chamar convidados de outras localidades.

A iniciação dos rapazes é particularmente interessante, para evidenciar a profunda relação entre organização social e atividades produtivas. Ela ocorre em duas etapas: uma no momento – completamente aleatório – em que um rapaz volta da floresta com a primeira anta que matou, ou quando traz seu primeiro porco queixada. Tratando-se de queixada, a festa abrange imediatamente todas as famílias, envolvidas na caçada

sempre coletiva desses bandos de porcos. O rapaz, logo que chega, entra em resguardo e seus familiares preparam os diversos itens necessários à iniciação. Vão buscar as formigas topia'i, que serão aplicadas no iniciando e, em seguida, em todos os jovens presentes no assentamento. O rapaz fica na rede, esfregando entre seus dedos um pedaço do animal e cantando ladainhas que devem lhe garantir sucesso na caça. Sua mãe ou irmã usará pedaços das vísceras para bater em suas pernas, num gesto que também é propiciatório.

As mulheres do pátio preparam a carne e todos os moradores dos outros pátios renovam seus enfeites, enquanto aguardam o convite para a refeição. A carne será dividida em pedaços miúdos, para todas as pessoas que estão na aldeia. Abranger todos é uma manifestação zo'é de boa conduta, na medida em que garante retribuição. Esses cerimoniais de distribuição da caça são oportunidades que criam as próximas, já que uma oferenda de carne ou de bebida fermentada (se'py) deverá ser retribuída num próximo encontro entre as famílias presentes.



O ritual de aproximação entre grupos também é visível no cotidiano. No mais simples ato de distribuição de carne, o matador do animal sempre terá de dividi-la. Começa pelos parentes mais próximos, que chegam primeiro e recebem os melhores pedaços; depois, pessoas pertencentes a outros pátios, que já se aproximaram, podem receber algum pedaço. Pessoas com as quais não se tem proximidade há muito tempo são chamadas por último, quando resta carne. Comer, para os Zo'é, implica portanto um movimento que conecta, entre eles, todos os pátios de um assentamento. Ou seja, é a possibilidade de repasse de informações sobre os mais variados assuntos, desde o relato das caçadas, o planejamento de outras, até os comentários sobre namoros e casamentos. Reencontramos os dois assuntos que mais interessam aos Zo'é.

Aliás, as aproximações entre famílias extensas pertencentes a distintos grupos wan são quase sempre programadas em função das negociações de casamentos. É com esse objetivo que os cabeças dos grupos planejam a participação conjunta de diferentes famílias em atividades de caça, pesca etc. Grupos que trocam entre si cônjuges sempre vivem em maior proximidade. Falar das negociações para um casamento é o assunto predileto tanto entre os membros de um mesmo pátio como nos encontros entre famílias de diferentes aldeias, após os relatos de caçadas.

Os Zo'é trocam frequentemente de cônjuge, mas as opções obedecem a padrões rígidos, além de estarem condicionadas a um registro minucioso de trocas matrimoniais já ocorridas entre grupos, que busca equilíbrio, ou seja, reciprocidade. A norma social que viabiliza esse padrão é a regra segundo a qual o esposo deve viver junto à família

de sua esposa. Ou seja, toda vez que uma mulher contrai um novo casamento, ela estará trazendo para seu pátio um novo grupo de pessoas, parentes de seu novo cônjuge. Quando é recém-casado, um homem anda sempre nos passos de seu sogro; quando já tem filhos, os deslocamentos do casal aumentam, quando visitam os locais de residência do grupo da esposa e os do grupo do marido. E, como as famílias são poligâmicas, os deslocamentos entre aldeias de sogros e pais dos esposos, se veem multiplicadas pelo número de cônjuges.

Normalmente, uma mulher tem de quatro a cinco maridos ao longo de sua vida e convive com dois ou três ao mesmo tempo. Ela chama de pare ao seu parceiro sexual no momento; quando esse parceiro se torna cônjuge efetivo e até ele a engravidar, ela o chamará deru; a partir do momento em que esse homem se tornou pai de um filho, ela o chama papa. O cônjuge mais velho - que é, na verdade, seu parceiro mais antigo e pai do filho mais velho - é chamado tamo, avó. Essa prática generalizada de poligamia - em que homens e mulheres têm vários cônjuges - pode ser compreendida à luz das concepções zo'é sobre a reprodução. Segundo eles, uma mulher não engravida mais de duas ou três vezes com o mesmo marido; mesmo que várias mulheres tenham tido um número maior de filhos com o mesmo parceiro, a concepção se mantém e viabiliza a troca frequente de cônjuges, que os Zo'é consideram ideal. Casar fora de sua própria geração significa, na verdade, uma situação provisória, que permite “reservar”

um cônjuge da mesma idade para mais tarde. Diz-se que casamentos entre gerações diferentes permitem aos cônjuges mais velhos “criar” seus parceiros jovens, que por sua vez, por estarem vivendo no mesmo pátio do cônjuge prometido, também “criam” seus futuros parceiros.

Ritmos das atividades de subsistência

As atividades de subsistência seguem o calendário de estações, de chuva e de seca, referidas pelos Zo'é como amanuhu e kuarahy. Variam também em acordo com subestações reconhecidas através de outros marcadores, principalmente a sequência de cantos de sapos e rãs durante o inverno, e a sequência de cantos de grilos e cigarras, no verão. Esse calendário ecológico tem como eixo os recursos mais valorizados pelos Zo'é, que também orienta o ritmo do movimento de aproximação e distanciamento entre grupos familiares.

No tempo das chuvas

É durante a estação das chuvas, de fevereiro a julho, que acontecem os períodos mais prolongados de dispersão das famílias pelo território, quando são realizadas grandes caçadas, principalmente de coatá gordo e de tucano. No início das chuvas, as famílias também se deslocam para a beira de igarapés, aproveitando o volume das águas para caçar urubu-rei, usando peixes podres como iscas. Instalados nos acampamentos, retornam às aldeias para buscar farinha, preparada com antecedência e estocada nas casas; quando ela acaba, permanecem alguns dias para preparar mais farinha, beiju e tapioca.

A caça do urubu-rei é realizada com a finalidade de obter penugem do peito e penas para confecção dos adornos de cabeça, de flechas e dos adornos usados nas festas. Assim, muitas vezes, a hora de montar um

acampamento de caça ao urubu depende da demanda das esposas de um homem. Mas, em geral, os Zo'é aliam a caça de urubu-rei à pesca, quando uma parte do peixe é usada como isca, e outra para alimentação familiar. As penas e penugens do urubu-rei são arrancadas logo, e então distribuídas cuidadosamente entre os parceiros da caçada. São itens especialmente valorizados, pois usados tanto por homens como mulheres, em adornos e nas flechas de uso diário. Enquanto as penas pretas são usadas para as flechas, a penugem branca do urubu - como também do mutum - é usada para confeccionar os diademas. São sobretudo usados pelas mulheres, meninas e especialmente moças novas, mas também servem para os homens, em contextos específicos, como por exemplo nos rituais relacionados ao final do resguardo após o nascimento de uma criança, ou no ritual de casamento. Atualmente, para terem penugem o ano todo, algumas famílias criam urubu-rei em casa, costume que está atualmente se difundindo em praticamente todas as aldeias.

O período ideal para a caça de coambas, quando “estão gordas”, vai de março a maio, montando-se acampamentos específicos, de

onde os homens saem para as montanhas, em busca dos macacos. No final do período da coamba gorda, em maio, os tucanos, araras e papagaios já estão comendo frutas de palmeiras. É a estação chamada de token ikie, do “tucano gordo”, que dura cerca de um mês e meio, quando bandos numerosos de aves vêm comer patauá ou açaí, em locais de concentração de frutas. Já é no final da estação chuvosa e início da estação seca que porcos queixadas e caititus “estão gordos”, motivando saídas frequentes de grupos de homens nas trilhas das varas de porcos. Além de trazer animais mortos, os Zo'é capturam filhotes de aves e mamíferos para serem

criados como xerimbabos (ribie), criados com grande refinamento de cuidados.

Entre os recursos mais valorizados nesse calendário do tempo das chuvas, sem dúvida, a castanha-do-Brasil é a principal fonte de proteína vegetal e alimento básico na dieta. Os Zo'é colhem os ouriços a partir de janeiro e consomem amêndoas em profusão durante toda a estação chuvosa; durante o verão, colhem ouriços ainda verdes e continuam comendo castanha o ano todo, em preparos diversos com produtos da mandioca ou carnes.

Como é também nesse período que muitas frutas amadurecem, é comum interromper o movimento de dispersão entre acampamentos para realizar uma festa, quando se distribui grande quantidade de bebida fermentada se'py. Ingazinho, patauá, bacaba, inajá são geralmente consumidos no próprio local da coleta. Já os Zo'é só consomem o taperebá depois de cozido, e essa é a fruta mais utilizada para o preparo de mingaus e de bebida consumida no amanhecer de uma festa. Fora da estação das



frutas, a bebida pode ser também preparada com mandioca.

A rede de reciprocidade envolvida na realização dessas festas é complexa: um homem “oferece” e conduz os cantos e as danças a outro homem; uma mulher (que não é necessariamente a esposa daquele que está oferecendo a celebração) cuida da preparação do se’py, cujo processo de fermentação leva alguns dias. No pátio da casa dessa mulher, os convidados se reúnem na noite da celebração para dançar e cantar, juntando-se aos poucos àquele que conduz a celebração. Nem todas as mulheres dançam, e as que o fazem vão seguindo certos homens com os quais elas podem dançar. Os convites para a festa são feitos formalmente por um indivíduo engajado nos preparativos da celebração, seguindo etiquetas rígidas e usando entonação e palavras específicas ao contexto. Os adornos masculinos e femininos, usados na cabeça, e as bandoleiras utilizadas em volta do tronco, têm como matéria-prima principal penugens e penas de urubu-rei, de tucano, de mutum, de gavião real, caçados nos acampamentos onde se planejou a realização da festa.

No verão

A estação seca, de final de julho até o início de janeiro, é marcada pelo trabalho nas roças. É quando a vida nas aldeias se intensifica, sendo um período de maior aproximação entre grupos familiares. Isso não significa que as famílias não mantenham, no verão, outras atividades que as leve a deixar a aldeia. Saem para buscar frutas da estação, como o açaí, que é trazido em grandes cachos. Mas sobretudo saem para pescar com timbó ou anzóis, ou ainda com flecha ou zagaia, de dois ou três dentes. Qualquer que seja a técnica, no verão, peixes são uma importante fonte de proteína animal, quando a caça pode rarear e os Zo’é estão envolvidos na preparação de roças. Também acontecem expedições de

caça, em geral mais curtas e só entre homens, já que as mulheres ficam nas aldeias cuidando das roças. Além disso, como muitas famílias mantêm cultivos em mais de uma aldeia, deslocam-se para dar conta de todas as roças. O corte, a queima e a limpeza das roças se prolongam até dezembro, meados de janeiro, quando a castanha está de novo madura, e os Zo’é limpam a roça da mandioca que brotou e fazem novo plantio.

A mandioca é, entre todos os cultivos, o mais representativo, considerando inclusive a variedade e quantidade de seus produtos: farinha, beiju, tapioca, tucupi. As mulheres, com eventual colaboração dos homens, dedicam muito de seu tempo ao processamento da mandioca: descascar, ralar, espremer no tipiti, peneirar. Outro produto estocado para o período da seca é a pimenta, que é seca e armazenada em cabaças para ser consumida nos acampamentos e viagens. Os Zo’é também cultivam batata-doce, cará branco, banana, urucum, algodão, cuia, cabaça, curauá e a flecha wywa.

Os Zo’é contam que “perderam” o amendoim e o milho, que conseguiam antigamente cultivar a partir de mudas oferecidas por grupos indígenas vizinhos. Dizem também que não “plantam” mais batata-doce, que brotam no entorno de suas casas e nas roças. O mesmo acontece com a flecha wywa, que nasce e se espalha rapidamente em qualquer “lixo” de uma aldeia abandonada ou nas antigas roças. Esses flechais são todos identificados com seus donos, cercados de muitos cuidados.

Um homem, desde que é garoto, não sai de casa sem suas flechas e seu arco. A arma é feita de madeira extremamente resistente e talhada num padrão comum a todos os povos do planalto das Guianas. Diz-se que as flechas usadas atualmente foram adquiridas dos inimigos, substituindo as dos antigos, menos eficientes. Diariamente, homens e rapazes fazem manutenção de suas flechas, que colocam ao sol para secar, procurando algum defeito na haste ou afiando as pontas de taquara. Enquanto cuidam de suas armas, e dos novos instrumentos, como facas e lanternas, conversam sobre caçadas, planejam saídas para a floresta e acampamentos. Ou ensaiam trocas desses objetos tão desejados, que nem todos conseguem obter a contento. Em função disso, passar temporadas no Posto torna-se uma alternativa procurada por todos os grupos familiares, em busca de acesso às novidades que os kirahi sempre trazem em seus aviões.

Novos objetos apropriados ao costume zo’é

A maior parte dos novos instrumentos, como lâminas de metal para os machados, linhas de náilon e anzóis, está incorporada como parte do “costume zo’é” (zo’é werekio). Fazem parte de seu jeito de ser, tanto quanto portar o adorno labial, usar flechas adquiridas dos antigos inimigos, ou plantar espécies também adquiridas em trocas com vizinhos. O porte de roupas foi quase apropriado, no tempo dos missionários, e se ainda é visto como um “costume” dos kirahi, está claro que os Zo’é desejam muito incorporá-lo.

E importante, nessa transição, considerar a inexistência de especialização que caracteriza o modo de vida tradicional. Qualquer indivíduo zo’é é capaz de realizar todas as tarefas atribuídas ao seu sexo e idade e, com isso, a diferença de *status* só é marcada por critérios tradicionais de idade, capacidade de liderança, sucesso na caça etc. Possuir menos ou mais bens não era motivo para diferenciar pessoas, já que todas são capazes de executar as mesmas tarefas e, portanto, de confeccionar os mesmos bens.

Como conseguir machados de metal, espingardas, roupas, para todos? Como muitos povos indígenas, os Zo’é consideram o ciúme um dos motivos mais frequentes de tensão. Resolvem o ciúme decorrente de tensões nas trocas matrimoniais através de suas formas tradicionais de distanciamento entre grupos. Já o ciúme das coisas dos kirahi é algo novo, a ser controlado.

Nesse contexto, frequentemente perguntam aos visitantes: viram onde está Nipuhan?

Aquele herói que revitalizou seus ancestrais juntando ossos dos flagelados pelo último cataclismo? Os Zo’é consideram Nipuhan como um kirahi. Após sua façanha de recriação, ele volta para sua terra de origem, no sul. Ele é descrito usando roupas, escrevendo, usando canoa com motor, gravador, injeções e ferramentas diversas. Como é comum na elipse temporal que o mito efetua, os Zo’é atualizam suas tradições com ingredientes extraídos de sua experiência do passado e de suas expectativas de futuro.

Cabe ressaltar que os Zo’é não “preservam” seus padrões culturais. Eles os reproduzem, pouco importando onde - no pátio de uma aldeia, num acampamento, ou na periferia do posto da Funai - e sem discriminar a origem dos artefatos usados em suas atividades - se adquirido dos antigos, dos inimigos, ou dos kirahi. É justamente graças a essa poderosa dinâmica de atualização da cultura que os Zo’é mantiveram sua tão peculiar vitalidade.





2009

Rosely Nakagawa, curadora de fotografia

“O ócio não consiste em nada fazer, mas em fazer muitas coisas que escapem aos dogmas da classe dominante.”

Robert Louis Stevenson*, *Em defesa dos ociosos* (1885)

Ao refletir sobre as relações entre a utopia social, a experiência prática e o trabalho na modernidade, chega-se à visão crítica do mundo capitalista e do desenvolvimento da indústria, intimamente ligada à moral protestante, propulsora das dinâmicas atuais da economia burguesa.

A visão da cultura dos nativos e dos que se dedicam à sua compreensão, como os artistas, no nosso caso, sempre esteve acompanhada do preconceito que coloca o ócio e a preguiça contra o direito de habitar o paraíso.

Conhecer e registrar uma cultura diversa não prescinde do respeito ao outro. Para observar uma outra cultura é necessário se entregar ao fluxo de estar e viver entre eles, incluindo-se nessa aproximação o não agir.

O artista que se dedica ao estar e ser em outra cultura, como o faz Rogério Assis com os Zo'é, deve compreender o ócio como dinâmica. Se entregar à necessidade de observação do ritmo da vida que passa de forma integrada à natureza, antes de abordá-la, interrompendo esse fluxo. Estar na aldeia entre homens e mulheres de todas as idades, tomar banho de rio, pescar, caçar, deitar na rede e esperar a chuva e o anoitecer. Suas imagens são resultantes desse tempo que passa sob sua observação, não apenas

como espectador da luz exata, das ações e desdobramentos sutis do cotidiano que somente são possíveis sem a pressa ou a expectativa desenhadas num roteiro predeterminado. As imagens de Rogério Assis revelam esse modo de ser em sua plenitude, e com elas aprendemos um pouco mais sobre o que esquecemos com o passar do tempo, vivendo aceleradamente, sem direito à preguiça.

Percebemos nestas imagens uma postura sutil e delicada de se deixar desaparecer entre os outros para se tornar um deles.

** Robert Louis Stevenson (Escócia, 1850 - Ilhas Samoa, 1894) viveu, em companhia de sua esposa, Fanny Stevenson, em constantes viagens pelos mares do Sul, as quais fizeram com que ele pudesse compreender o mundo através de uma nova visão.*







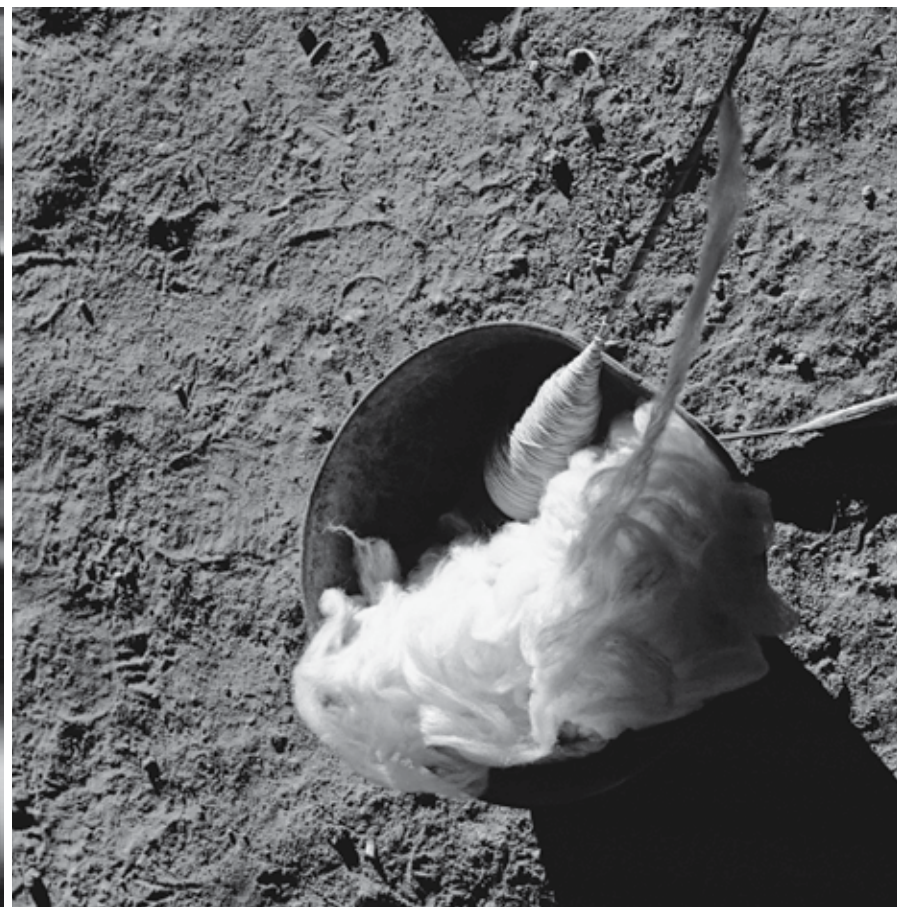
































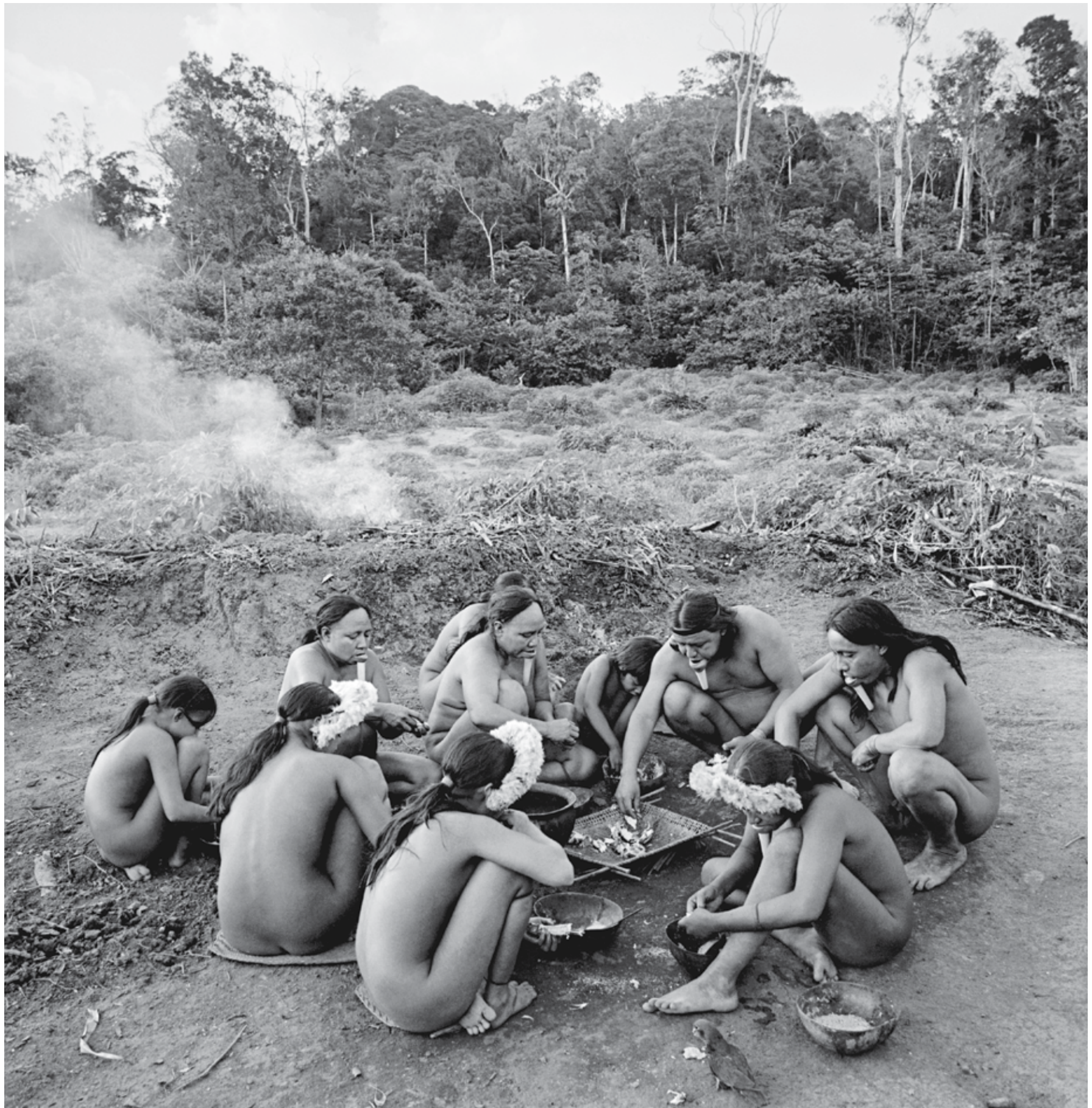




























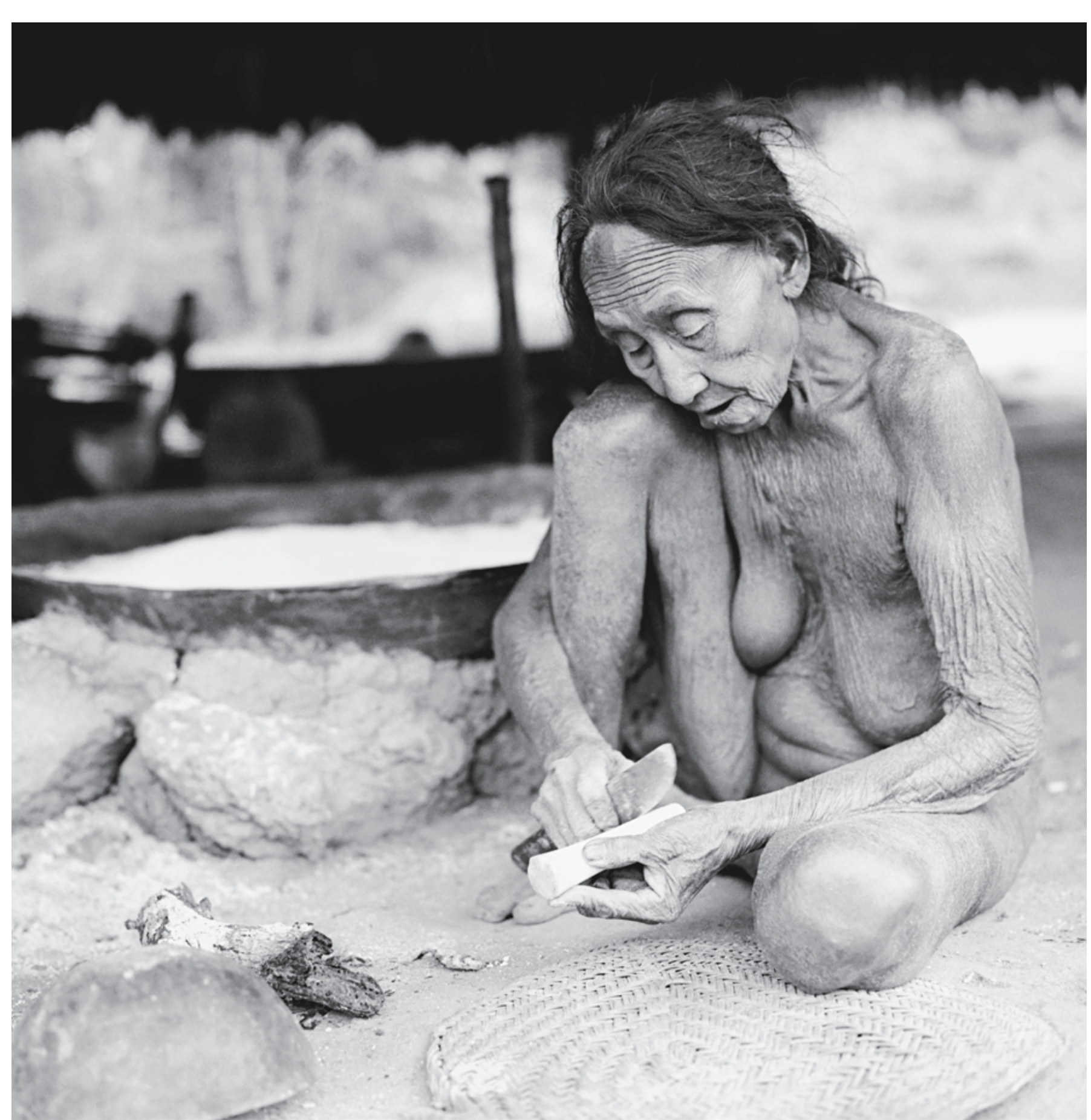








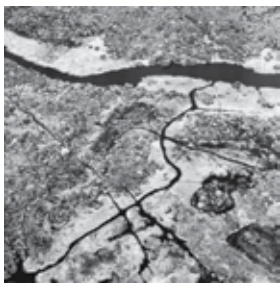












Vista aérea da Terra Indígena Zo'é.



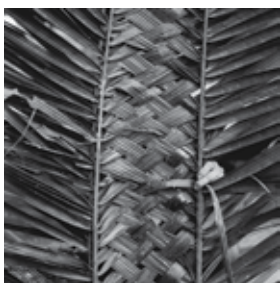
No caminho que leva ao Posto da Funai, pontes de tábuas foram colocadas em lugares estratégicos para facilitar o acesso quando os igarapés estão cheios.



As famílias, dispersas em pequenas aldeias, muitas vezes pouco distantes umas das outras, gostam de visitar os parentes, circulando pelos inúmeros caminhos que atravessam a floresta.



As aldeias são pequenas, algumas vezes com uma, duas ou três casas, que abrigam famílias extensas. Mães e filhas vivem juntas e são seus maridos que abandonam a casa de origem para viver na casa delas.



Trançar folhas de palmeira para confeccionar biombos ou cestos de carga é uma atividade que homens e mulheres executam com extrema rapidez, desde a infância.



A cobertura desta casa, feita de folhas de ubim, dura vários anos e recebe cuidados permanentes para garantir sua impermeabilidade. Folhas de palmeira trançadas servem de biombo para proteger os moradores do sol e da chuva.



À medida que as famílias vão crescendo, novas casas são construídas próximas as já existentes.



Num jirau disposto na parte mais alta da casa, hastes de flecha recém-cortadas secam por algum tempo. Cada família possui um ou vários flechais, plantados nos arredores das casas.



No interior da casa, cada casal possui seu espaço, delimitado pelos esteios que suportam jiraus para armazenar os pertences. De noite, ou quando alguém está doente, fogos são acesos perto das redes.



Na rede, as moças tomam sempre cuidado para não amassar ou sujar sua tiara nova.



Homens e mulheres idosos mantêm intensa atividade, com firmeza nos braços e nas pernas. Sua idade é perceptível nas rugas que se formam nas costas e que constituem um dos sinais para classificar a idade das pessoas. Quanto mais enrugados estão, mais "secos" - ou velhos - são considerados, crescendo o respeito com o qual são tratados pelos familiares.



Entre os animais de criação, que nunca são comidos, também estão os porcos caititus trazidos filhotes para a aldeia, onde crescem amarrados em postes da casa e viajam com seus donos. A mandíbula e os dentes afiados desse animal, quando caçado, é um utensílio importante para a confecção e o alisamento do arco.



Rede quase pronta, faltando cortar os fios sobressalentes e confeccionar o punho com a fibra do curauá recoberta de resina.



A rede é confeccionada com fios de fibra de castanheira finamente torcidos e amarrados num tear horizontal.



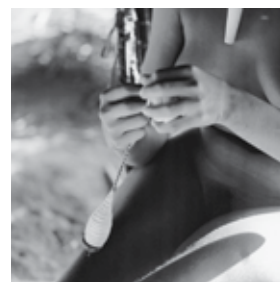
Nas suas bolsas de arumã trançado, com tampa encaixante, os Zo'é guardam miudezas e preciosidades, mantendo-as amarradas no esteio acima de suas redes, fora do alcance de crianças.



Algodão desfiado e novelos com fios prontos são sempre guardados em cuia para não sujar.



Novelos de cordéis de fibra de castanha, torcidos para adquirir resistência e maciez, são estocados até se obter a quantidade necessária para a confecção da rede.



Já a fiação de algodão para a fabricação de fios de diversos tamanhos e múltiplas utilidades é uma tarefa exclusivamente feminina.



Colaboração para a fiação: uma mulher afina chumaços de algodão, a outra transforma a fibra em fio com a ajuda de um fuso. Não interrompem o trabalho para conversar com uma visita.



Mães e filhas, irmãs ou companheiras se ajudam sempre para fazer retoques nas tiaras ou limpar o adorno labial, ambos devendo ficar sempre brancos ou, como dizem, "cintilantes".



Uma tiara nova, com suas plumas delicadamente coladas uma a uma numa faixa de cerol, será aplicada na testa raspada de uma moça ou de uma mulher.



Uma mãe estica e amarra solidamente os cabelos de sua filha com um cordel de algodão, para que nenhum fio esconda o pescoço. Dizem os Zo'é que só os inimigos mantêm os cabelos soltos e desarrumados.



A criação do urubu-rei tem uma função prática: a de fornecer a penugem branca das tiaras femininas. Amarrados num espaço próprio, um pouco afastado da casa, recebem alimentos podres e são transportados durante as viagens da família, amarrados em cestos de folhas de palmeira.



As meninas usam desde cedo tiaras confeccionadas com penugem de urubu-rei ou de mutum.



Para retocar a posição da tiara, as moças usam espelhos, bens preciosos e sempre solicitados aos visitantes. Antes, usavam como espelho as lâminas de água que ficam nas pedras à beira dos igarapés.



Nas roças, preparadas com a técnica do corte e queima, troncos calcinados e galhos secos permitem circular com maior facilidade.



Nos lajedos próximos do igarapé, as crianças ficam ao sol para se esquentar após o banho.



As crianças aprendem desde cedo a manusear o arco e flecha, ainda que as flechas de brinquedo sejam sem ponta.



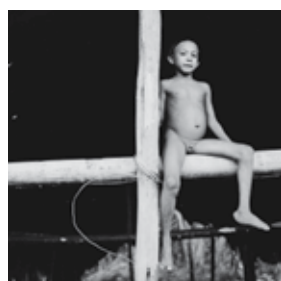
As linhas de náilon e os anzóis metálicos distribuídos pela Funai incentivaram novas formas de pesca, agora mais frequentes que antigamente.



Os meninos, que sempre acompanham os adultos em suas atividades, aprendem a pescar muito cedo, observando os gestos dos pais.



Um cordel amarrado no pé prende uma criança pequena a um dos postes da casa toda vez que a mãe precisa se afastar. Assim, a criança não corre risco de se aventurar sozinha pelo pátio ou se perder na mata.



Crianças um pouco maiores são educadas com grande liberdade, sendo-lhes permitido subir nos esteios das casas e acompanhar os pais em atividades fora da casa.



Depois do banho rio, secar-se ao sol também é um passatempo para as crianças.



Homens, mulheres e crianças gostam de ter “xerimbabos”, animais ou aves pelos quais cada dono se responsabiliza, dando-lhe carinho em troca da alegria que eles lhes propiciam. Quando ainda não estão acostumadas a viver na casa, as aves são amarradas para não fugir.



Crianças, em bandos, ficam horas à beira dos igarapés.



Três moças posam, com timidez e orgulho.



Uma mãe, com cabelo ainda solto depois do banho, esfrega seu filho com fibra xubo'y, que ela molha com água e folhas guardadas numa cuia.



Os Zo'é banham-se várias vezes por dia. Águas rasas são preferidas para evitar animais perigosos e facilitar o banho das crianças.



O preparo de pontas de flecha, cuidadosamente entalhadas em taquara e afiadas com faca ou dente de cotia, é uma ocupação de todos os homens, e especialmente dos mais jovens, responsáveis pelo provimento de caça.



Fiar algodão é uma atividade que as mulheres realizam em todo momento livre, quando estão em casa sem outros afazeres. O fuso gira dentro de uma cuia para não sujar o delicado mas resistente fio branco.



Aos três anos, aproximadamente, os filhos ganham autonomia para circular pela casa. As mães continuam muito próximas, oferecendo colo sempre que os pequenos desejam.



Até os três anos, ou até o nascimento de um irmãozinho, os filhos dormem com suas mães, mamando sempre que desejam. Durante o dia, adormecem tranquilos no colo delas, que podem então levantar-se suavemente para retomar suas atividades.



Um biombo de folhas de palmeira garante a intimidade de um casal, protege quem estiver doente ou resguarda o nascimento de um filho.



Os recém-nascidos são envoltos em delicados cuidados e permanecem o tempo todo junto às mães, que usam chumaços de fibra de castanha para a higiene do bebê.



Além da fogueira que serve de ponto de encontro para os moradores da casa, as mulheres têm sua própria fogueira, onde preparam os alimentos. Seus maridos são responsáveis pelo abastecimento diário de lenha.



Para construir ou acessar sua tocaia, o caçador sobe por troncos médios, que ele também carrega para o alto a fim de consolidar seu esconderijo.



Uma tocaia de folhas de palmeira, construída entre as copas de árvores cujas frutas atraem tucanos e outras aves. Em certas épocas, os caçadores também aguardam, do alto, animais que passam no chão para comer frutas e os flecham certa e silenciosamente.



Para subir nas árvores, desde crianças os Zo'é usam um tipo de “elevador” feito de um feixe de fibras ou cipós, que lhes permite ascensão rápida e segura.



De março a maio, estação da “coamba gorda”, os caçadores se deslocam para as montanhas para caçar os macacos que levam esse nome, cuja carne é uma de suas preferidas.



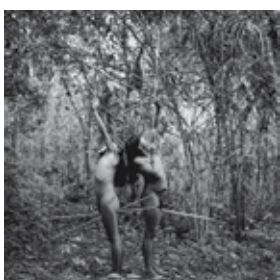
Quando estão fora de suas casas, as mulheres não se sentam diretamente no chão, mas em pequenas esteiras ou num abano.



Em maio e junho, estação do “tucano gordo”, grandes bandos de aves vêm comer frutas de palmeira.



Jovem caçador com suas armas. Um homem nunca sai sem seu arco e algumas flechas, levando também os utensílios necessários para retoques nas pontas.



Dois rapazes posam em posição de extensão do arco, quando estão prontos para lançar as flechas.



O tipiti é um dos artefatos mais sofisticados entre os trançados preparados pelos homens, com fibra de arumã. A moça transporta com cuidado um tipiti cheio de mandioca ralada e prensada, do qual extraiu o sumo venenoso.



A farinha de mandioca é assada em tachos de barro.



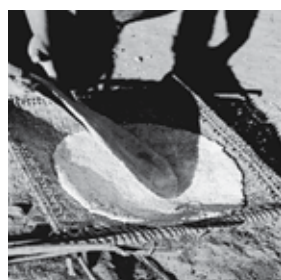
A massa de mandioca ralada é prensada no tipiti para extrair o sumo tóxico e depois é peneirada num utensílio feito de arumã, colocado em cima de uma panela.



Farinha de mandioca e castanha-do-pará são a base da alimentação.



Numa cuia, a farinha de mandioca aguarda para ser consumida junto a outros alimentos ou para ser embebida em água ou leite de castanha no preparo de mingaus.



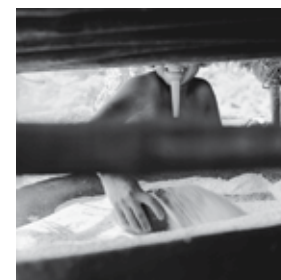
Assado, o beiju é deixado numa peneira para secar e esfriar.



Para assar um beiju nos dois lados, sem quebrar, é preciso virá-lo delicadamente.



Peneirada e afinada, a mandioca está pronta para o preparo de beiju, de bebida fermentada e de outros alimentos.



Para assar a farinha de mandioca no grande forno de cerâmica, usam-se pequenas cuias que permitem virar a massa e manter os grãos soltos.



A convivência entre grupos é sempre cheia de cuidados e todos adotam como etiqueta a distância respeitosa. Cada família tem seu próprio caminho para chegar aos pontos de água, à roça e à floresta em volta.



Para atravessar igarapés, derrubam-se grandes árvores que servem de ponte. Os galhos secos ao lado da ponte servem de descanso para rapazes que esperam os mais velhos.



Escarificação com dente de cotia nas pernas de um rapaz, para lhe dar força e energia no desempenho de suas atividades ou para livrá-lo de algum mal-estar.



A partir dos oito anos, os rapazes amarram seu pênis com um folíolo de folha de palmeira. Consideram-se assim vestidos, sentindo imensa vergonha quando são vistos sem a amarração no sexo.



Homens e mulheres idosos são frequentemente atingidos por doenças reumáticas, que dificultam a maior parte de suas atividades fora de casa.



Homens idosos são jy, “esteios” de famílias extensas, prestigiados pelo amplo conhecimento da história da comunidade e pela competência em orientar rituais e atividades cotidianas.



As mulheres idosas têm extrema habilidade na confecção de cordéis de fibra de curauá, com diferentes espessuras, adequados a múltiplos usos, entre eles as cordas para arco, as cordas para punho de redes e as saias de dança masculinas.



Durante as festas, os homens usam saias de fibras torcidas de curauá, um tipo de agave plantado nas roças.



Enquanto um beiju de mandioca assa, uma mulher limpa seu adorno labial, raspando sua superfície com faca industrializada. Quando o adorno fica muito fino, ao cabo de muitas raspagens, ela confeccionará outro, com talo de madeira “poturu”.



Uma fogueira fica permanentemente acesa ao lado de cada casa, com lenha de grossos troncos secos que cabe aos homens buscar na mata.



Com exceção das frutas, a comida é sempre cozida e consumida quente.



Durante o dia, a rede oferece breves descansos aos adolescentes, entre as múltiplas atividades que os ocupam do amanhecer até a noite.



Por volta dos quatro anos, meninos circulam livremente no pátio da aldeia, visitando familiares nas casas.



As mulheres idosas vivem com suas filhas adultas, que assumem a maior parte das tarefas domésticas. Assim, elas têm maior disponibilidade para cuidar de seus xerimbabos. Aqui, um guariba, ou “kiki”.

Referências bibliográficas do texto de Dominique Tilkin Gallois

CABRAL, A. S. A. C. Algumas evidências linguísticas de parentesco genético do Jo’é com as línguas Tupi-Guarani. *Moara*: Estudos de Línguas Indígenas. Revista dos Cursos de Pós-Graduação em Letras, V. 4. UFPA, 1996.

HAVT, Nadja. *Representações do ambiente e territorialidade entre os Zo’e/PA*. Dissertação de Mestrado. FFLCH-USP. 2001.

HAVT, Nadja. De algumas questões sobre a participação de “índios isolados” no processo de regularização fundiária: o exemplo dos Zo’É. In: GRAMKOW, Márcia Maria (Org.). *Demarcando terras indígenas II : experiências e desafios de um projeto de parceria*. Brasília: Funai/PPTAL/GTZ, 2002.

GALLOIS, Dominique T. & HAVT, Nadja. Relatório de Identificação da Terra Indígena Zo’é. Portaria 309/PRES/Funai - 04.04.97. NHII, São Paulo & Funai, Brasília, 1998. GALLOIS, Dominique T. & GRUPIONI, Luís Donisete B. O índio na Missão Novas Tribos. In: WRIGHT, Robin (Org.). *Transformando os Deuses: os múltiplos sentidos da conversão entre os povos indígenas no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1999.

GALLOIS, Dominique T. & GRUPIONI, Luís Donisete B. A redescoberta dos amáveis selvagens. In: RICARDO, Carlos Alberto (Ed.). *Povos Indígenas no Brasil. 1987/88/89/90*. São Paulo: Cedi, 1991.

GALLOIS, Dominique T. *Cosmografia do contato: a ampliação dos limites do mundo zo’é*. XX Reunião da ABA. GT Questões atuais da etnologia indígena. Salvador, 1996.

GALLOIS, Dominique T. *Temps et espace Zo’é: quelques commentaires sur la notion-koha*. Séminaire P. Desclez. Paris, 1999.

Agradecimentos

Este livro só se tornou possível graças à ajuda de várias pessoas; algumas delas já não estão mais entre nós, como o coronel Cantídio Guimarães, ex-presidente da Funai que nos levou, a mim e ao também finado e querido amigo Zé Luis de Campos Ribeiro, à primeira visita aos Zo'é, em 1989.

Agradecimentos especiais à minha família, que teve muita paciência comigo durante toda a minha trajetória profissional, sempre me apoiando com muito amor e carinho. Pedro, Marcela e Luiza, meus filhos queridos e que são muito especiais para mim, me incentivam e me ensinam diariamente a levar a vida de um jeito melhor.

Agradeço também ao meu irmão paulista, Marcelo R. Paiva, que ajudou na minha volta a São Paulo; ao meu querido mestre e amigo João Bittar, que me deu a primeira oportunidade de trabalho em São Paulo e

sempre me ajudou com seus inestimáveis conselhos; à Dominique Gallois, que acreditou no projeto e emprestou seu prestígio, seu conhecimento e seu belo texto que tanto engrandeceram este trabalho; aos amigos Ciro Girard e Cássio Leitão, uma dupla de fato dinâmica na direção de arte; à Rosely Nakagawa, pela sua paciência oriental e pelas palavras carinhosas sobre o meu trabalho. Um super obrigado a Mary Lou Paris, que com sensibilidade acreditou na ideia e cedeu o prestígio da Terceiro Nome para este projeto, que não contou com nenhum patrocínio institucional.

Pela companhia e pelos bate-papos nas longas caminhadas pela floresta, agradeço ao João Pimentel Filho, o famoso Zinho; à Suely Brito, pelos quitutes e informações sobre a saúde dos índios durante minha estada na Terra Indígena Zo'é; ao Dr. Moacir Boreli Tormes, pelas vacinas, e ao Dr. Eric Jennings, pela pequena sutura e pela velejada relaxante no Tapajós na volta dos Zo'é.

O apoio da Funai foi fundamental para a realização deste projeto; sem o trabalho dessas pessoas, tanto em Brasília quanto na Terra Indígena Zo'é, talvez esse povo já tivesse tido o triste destino de outros povos indígenas que não tiveram a mesma sorte. Agradeço a todos na pessoa do ex-presidente da entidade, Dr. Márcio Meira.

Por último, o mais importante dos agradecimentos vai para os Zo'é, que abriram suas casas, me recebendo de braços abertos, com sua alegria, seu carinho e sua gentileza contagiantes, uma verdadeira lição de vida que tive o privilégio de receber e que tento dividir com vocês através das minhas imagens.

fotografia e coordenação geral **Rogério Assis**

direção editorial **Mary Lou Paris**

edição **Estevão Azevedo**

assistência editorial **Mariana Kühn Leme**

administração e vendas **Dominique Ruprecht Scaravaglioni, Guilherme Dias Garcia, Douglas Bianchi**

textos **Dominique Tilkin Gallois, Márcio Meira, Rogério Assis, Rosely Nakagawa**

revisão **Vivian Miwa Matsushita**

edição de imagens e capa **Ciro Girard, Cássio Leitão, Rogério Assis**

direção de arte e editoração **Ciro Girard, Cássio Leitão**

produção gráfica **Signorini Produção Gráfica**

tratamento de imagens **Retrato Falado**

impressão **Intergraf**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A848z Assis, Rogério.
Zo'e / Rogério Assis. - São Paulo : Terceiro Nome, 2013.
128 p. : il. ; 23 cm.

ISBN 978-85-7816-114-9

1. Fotografia - Índios Tupi - Pará. 2. Índios - Cultura - Brasil. I. Título.
CDU 77(=1.81-82)
CDD 778.92

Índice para catálogo sistemático:

1. Fotografia : Índios : Pará 77(=1.81-82)

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo - CRB 10/1507)

Este livro foi composto em Interstate, corpo 10 / 14
e impresso em papel couché fosco 170 gr
pela Gráfica Intergraf para a Editora Terceiro Nome
em agosto de 2013.